



Contas de Gerência

2018

CÁRITAS DIOCESANA DE AVEIRO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501163964
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.2., 5	330.882,24	202.143,42
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	3.762,78	2.121,18
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		334.645,02	204.264,60
Ativo corrente			
Inventários	3.2.3, 7	0,00	0,00
Créditos a receber	3.2.4, 12.2	3.226,30	2.400,90
Estado e outros entes públicos	3.2.7, 12.8	7.020,88	951,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	2.280,89	1.729,36
Outros ativos correntes	12.3	232.279,97	384.827,33
Caixa e depósitos bancários	3.2.4, 12.5	256.914,23	289.279,41
		501.722,27	679.188,69
Total do ativo		836.367,29	883.453,29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.5, 12.6	32.515,56	32.515,56
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	262.406,54	217.586,12
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	161.376,76	173.069,93
		456.298,86	423.171,61
Resultado líquido do período		-27.334,80	44.820,42
Total dos fundos patrimoniais		428.964,06	467.992,03
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.6, 6	115.336,70	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		115.336,70	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.4, 12.7	5.353,91	6.325,48
Estado e outros entes públicos	3.2.7, 12.8	21.349,53	19.937,13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	61.906,30	136.805,71
Outros passivos correntes	12.9	203.456,79	252.392,94
		292.066,53	415.461,26
Total do passivo		407.403,23	415.461,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		836.367,29	883.453,29

A Direcção

Francisco Santos
Agente Administrativo
Francisco Santos

Contabilista Certificado

Paedosta Nº45579

CÁRITAS DIOCESANA DE AVEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		39.019,45	41.169,63
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		57.228,76	244.899,79
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		119.284,90	120.411,73
Pagamentos ao pessoal		756.936,53	798.595,73
Caixa gerada pelas operações		-894.430,74	-1.122.737,62
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		876.455,17	1.013.799,95
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-17.975,57	-108.937,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		130.879,15	20.072,72
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		1.188,49	2.723,85
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-129.690,66	-17.348,87
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		115.336,70	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		16,53	0,00
Juros e gastos similares		19,12	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		115.301,05	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-32.365,18	-126.286,54
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		289.279,41	415.565,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período		256.914,23	289.279,41

A Direcção

Contabilista Certificado

nº 45579

Francisco Gomes
Agostinho Almeida
Francisco Gomes

Paola Costa

CÁRITAS DIOCESANA DE AVEIRO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501163964

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		55.616,40	58.903,42
Subsídios, doações e legados à exploração		818.108,71	827.839,82
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		27.453,09	22.895,10
Fornecimentos e serviços externos		104.466,01	77.885,15
Gastos com o pessoal		755.264,92	761.918,60
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	-0,17
Outros rendimentos		110.534,89	356.771,42
Outros gastos		97.458,65	307.342,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-382,67	73.473,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		27.545,96	27.902,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-27.928,63	45.570,34
Juros e rendimentos similares obtidos		594,47	2.207,70
Juros e gastos similares suportados		0,64	2.957,62
Resultados antes de impostos		-27.334,80	44.820,42
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-27.334,80	44.820,42

A Direção

[Handwritten signature]
 Francisco Soares
 Rita Jorge Almeida
 Manuel Almeida

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 nº 45579
 Paeta Costa

CÁRITAS DIOCESANA DE AVEIRO

Anexo



Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
6	Custos de Empréstimos Obtidos	11
7	Inventários	12
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
10	Benefícios dos empregados	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
12	Outras Informações.....	14
12.1	Investimentos Financeiros	14
12.2	Clientes e Utentes	14
12.3	Outras contas a receber	14
12.4	Diferimentos	15
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	15
12.6	Fundos Patrimoniais.....	15
12.7	Fornecedores	15
12.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	16
12.9	Outras Contas a Pagar	16
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	16
12.11	Fornecimentos e serviços externos.....	17
12.12	Outros rendimentos.....	17
12.13	Outros gastos	17
12.14	Resultados Financeiros.....	18
12.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

A Cáritas Diocesana de Aveiro com sede na Rua do Carmo, 42, em Aveiro é uma instituição sem fins lucrativos, e encontra-se registada a título definitivo, na Direcção-Geral da Segurança Social desde 27/09/1984 no Livro 2 das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 70/83, folha 91 e verso, em conformidade com o disposto do n.º 2 artº 7 dos Estatutos das IPSS regulamentado pela Portaria n.º 778/83 de 23 de Julho.

Nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, esta Instituição é uma Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Para cumprir a sua missão, a instituição tem atualmente um conjunto diversificado de respostas sociais e de projetos, abrangendo um público muito diversificado: indivíduos e famílias em situação de emergência social, crianças em risco, sem abrigo, minorias étnicas, vítimas de violência doméstica,

As Respostas Sociais, no âmbito de Acordos de Cooperação com a Segurança Social são:

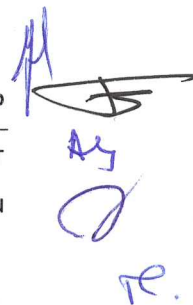
- "Apoio a indivíduos e famílias em situação de emergência social";
- "Centro de Acolhimento Temporário" para crianças em risco dos 0 aos 12 anos;
- "Centro de Alojamento Temporário" para homens sem-abrigo e passantes;
- Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica
- Creche
- Pré-escolar

Atenta à evolução das diferentes necessidades sociais, procura também promover projetos ajustados à satisfação de carências consideradas prioritárias. Atualmente a Instituição é entidade promotora dos seguintes Projetos:

- CLDS 3G Aveiro - Contrato Local de Desenvolvimento Social – tem como objetivo principal promover a inclusão social dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social.

O CLDS 3G Aveiro tem como entidade Coordenadora da Parceria Local, a Cáritas Diocesana de Aveiro e como entidades executoras a Santa Casa da Misericórdia de Aveiro e a Associação de Melhoramentos de Eixo.

- N Desafios – Projeto de reforço e apoio à atuação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Aveiro, no âmbito da Tipologia 3.16 – Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (POISE)
- Formação - 2 Cursos para formação de Técnicos de Apoio à Vitima (TAV), no âmbito da Tipologia 3.15 Formação de Públicos Estratégicos (POISE)



- Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas 2014-2020 (POAPMC) - entidade mediadora no âmbito da Tipologia 1.2.1 – Distribuição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade (PO ISE)

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante em mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6-8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	4-8
Outros Activos fixos tangíveis	4-6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição e incluem as despesas incorridas até os bens estarem nas instalações da instituição aptos a serem consumidos.

[Handwritten signature and initials]

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no

cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

A Instituição não se enquadrá em nenhuma destas situações, dado que todas as suas atividades são isentas.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	28,26					28,26
Edifícios e outras construções	496.065,53	1360,30				497.425,83
Equipamento básico	104.915,45	1828,82				106.744,27
Equipamento de transporte	69.563,86	16950,00				86.513,86
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	55.414,45	220,00				55.634,45
Outros Ativos fixos tangíveis	33.629,70					33.629,70
Total	759.617,25	20.359,12	0,00	0,00	0,00	779.976,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	308.971,10	18502,36				327.473,46

Equipamento básico	100.698,87	1574,06				102.272,93
Equipamento de transporte	69.213,86	3407,50				72.621,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	50.098,07	2449,39				52.547,46
Outros Ativos fixos tangíveis	20.948,21	1969,53				22.917,74
Total	549.930,11	27.902,84	0,00	0,00	0,00	577.832,95

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	28,26					28,26
Edifícios e outras construções	497.425,83			-1466,02		495.959,81
Equipamento básico	106.744,27	4036,51				110.780,78
Equipamento de transporte	86.513,86		23369,21			63.144,65
Equipamento administrativo	55.634,45					55.634,45
Outros Ativos fixos tangíveis	33.629,70	10748,80				44.378,50
Total	779.976,37	14.785,31	23.369,21	-1.466,02	0,00	769.926,45
Ativos Fixos tangíveis em curso	0,00	142.965,49				142.965,49
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	327.473,46	18.586,79				346.060,25
Equipamento básico	102.272,93	1.790,93				104.063,86
Equipamento de transporte	72.621,36	3.440,00	23369,21			52.692,15
Equipamento administrativo	52.547,46	1.746,22				54.293,68
Outros Ativos fixos tangíveis	22.917,74	1.982,02				24.899,76
Total	577.832,95	27.545,96	23.369,21	0,00	0,00	582.009,70

6 Custos de Empréstimos Obtidos

No decorrer do ano de 2018, foi contratualizado junto do banco BPI um empréstimo celebrado num âmbito IFRRU 2020, no valor de 400.000,00€ (tranche IFRRU 200.000,00€ e tranche BPI 200.000,00€), para financiamento de parte da reabilitação de edifício sede, a reembolsar a 20 anos.

O valor não é disponibilizado na conta da instituição na sua totalidade, sendo a gestão efetuada pela instituição bancária, com a liquidação das Faturas apresentadas e devidamente validadas.

Durante o ano de 2018, os valores referentes a Empréstimos Bancários são:

- Banco BPI 0002 – 57.668,35€;
- IFRRU 0003 – 45.645,76€;
- IFRRU 0004 – 12.022,59€

Os juros incorridos com este empréstimo, no montante de 80,54€, foram acrescidos ao valor do custo dos ativos fixos em curso, de acordo com a NCRF 10.

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017			2018			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	22.895,10	0,00	0,00	27.453,09	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	22.895,10	0,00	0,00	27.453,09	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				22.895,10			27.453,09
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	38.657,10	41.957,80
Serviços Secundários	1.222,00	522,00
Outros	15.737,29	16.421,22
Descontos e Abatimentos	0,01	2,40
Ganhos por aumento de justo valor	0,00	0,17
Juros	594,47	2.207,70
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	56.210,87	61.111,29

O valor mencionado em outros, refere-se a abonos e bonificações por deficiência, recebidos pelas crianças acolhidas na instituição

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" :

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	646.697,40	674.261,74
IEFP	2.218,36	7.514,59

Autarquias	28.500,00	
Santa Casa da Misericórdia	3.300,00	
Outros:		
SECI	30.023,38	25.264,61
SGMAI	6.000,00	6.000,00
ISS, IP - Serviços Centrais	1.638,67	
Total	718.377,81	713.040,94

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, não sofreu alteração, mantendo-se os 8 elementos, nomeados pelo Bispo de Aveiro, para o quadriénio 2017-2020:

- Presidente - José Ferreira Alves
- Vice-Presidente - Artur Jorge Leite Figueiredo de Almeida
- Secretário - Francisco Manuel do Vale Santos
- Tesoureiro - Pompeu Rodrigues Martinho
- Vogais - Manuel Almeida Domingues Júnior, Manuel Fernando Costa Leonardo e Ricardo Vara Cavaleiro
- Assistente Eclesiástico - Rev. Pe. João Gonçalves.

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 46, constituído por 43 mulheres e 3 homens, tal como em 2017.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	612.001,67	613.743,15
Indemnizações	2.138,89	0,00
Encargos sobre as Remunerações	129.475,05	131.687,17
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.606,86	4.178,23
Outros Gastos com o Pessoal	1.721,45	1.854,78
Programas IEFP	5.321,00	10.455,27
Total	755.264,92	761.918,60

A rubrica Programas IEFP refere-se a Contratos Emprego Inserção e Estágio Emprego.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Com a entrada em vigor da Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto e da Portaria 294-A/2013, de 30 de Setembro, a entidade empregadora é obrigada a entregar 1% da retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador com contrato celebrado após 01/10/2013, para os Fundos de Compensação. A percentagem 0,925 destina-se ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e encontra-se registada na rubrica de "Outros Investimentos Financeiros", e 0,075% reverte para o Fundo de Garantia de Compensação (FGCT) sendo considerado como gasto do exercício.

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Outros investimentos financeiros	3.762,78	2.121,18
FCT	2.580,20	1.595,01
FRSS	1.182,58	526,17
Total	3.762,78	2.121,18

O valor que consta na rubrica FRSS, é referente à correção que se efetuou, dado que em dezembro de 2016, devido a uma falha no sistema, a Instituição não obteve a informação da retenção, e como tal não efetuou o seu registo.

12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	3.316,76	2.474,11
Adiantamento de Clientes e Utentes:		
Clientes		
Utentes	90,46	73,21
Total	3.226,30	2.400,90

12.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	20,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	594,02
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	232.054,97	384.233,31
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	232.074,97	384.827,33

12.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Rendas Antecipadas	800,00	
Seguros	1.480,89	1.729,36
Total	2.280,89	1.729,36
Rendimentos a Reconhecer		
Outras Receitas com Proveito Diferido	61.906,30	151.372,89
Total	61.906,30	151.372,89

As receitas com proveito diferido refletem os subsídios de exploração a reconhecer.

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	792,76	1.129,46
Depósitos à ordem	256.121,47	66.149,95
Depósitos a prazo	0,00	222.000,00
Total	256.914,23	289.279,41

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	32.515,56	0,00	0,00	32.515,56
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	217.586,12	44.820,42	0,00	262.406,54
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	173.069,93	0,00	11693,17	161.376,76
Total	423.171,61	44.820,42	11.693,17	456.298,86

A diminuição verificada, nas outras variações nos Fundos Patrimoniais é proveniente da amortização dos Subsídios ao Investimento.

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	5.353,91	6.325,48
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Total	5.353,91	6.325,48
Adiantamento a Fornecedores	205,00	0,00
Total	205,00	0,00

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.020,88	951,69
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	7.020,88	951,69
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	200,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	1.325,72
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.969,00	4.328,00
Segurança Social	15.071,79	14.195,59
Outros Impostos e Taxas (FGCT)	108,74	87,82
Total	21.349,53	19.937,13

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		33.433,43		0,00
Credores por acréscimo de gastos		93.295,51		99.395,20
Outros credores		76.727,85		152.997,74
Total	0,00	203.456,79	0,00	252.392,94

A rubrica credores por acréscimos de gastos refere-se a verbas a liquidar em 2019, nomeadamente, remunerações de subsídio de férias e férias, consumos de eletricidade, água, comunicações e faturas a liquidar.

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	718.377,81	713.040,94
Subsídios de outras entidades	99.730,90	114.798,88
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	818.108,71	827.839,82

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

Os subsídios de outras entidades refletem as verbas subsidiadas pelo Banco Alimentar e dos projetos em curso (FSE + OSS).

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	36.706,53	23.715,46
Materiais	4.712,83	5.827,50
Energia e fluidos	20.008,39	20.296,35
Deslocações, estadas e transportes	1.333,13	1.866,22
Serviços diversos	32.256,97	16.635,40
Encargos Utentes	9.448,16	9.544,22
Total	104.466,01	77.885,15

12.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	11.863,07	18.597,48
Descontos de pronto pagamento obtidos	3,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	90,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	200,00	0,00
Outros rendimentos		
Correções relativas a períodos anteriores	766,50	0,00
Imputação de Subsídios para Investimentos	11.693,17	13.706,00
Outros		
Consignação de IRS+IVA	4.316,97	6.045,67
Donativos	81.593,96	318.332,27
Estornos de seguros	98,22	
Total	110.534,89	356.771,42

A rubrica de correções relativas a períodos anteriores, reflete:

- a correção efetuada ao valor que consta na rubrica FRSS, dado que em dezembro de 2016, devido a uma falha no sistema, a Instituição não obteve a informação da retenção, e como tal não tinha sido efetuado o seu registo.
- Anulação de cheques não descontados.

A imputação de subsídios para o investimento é proporcional às depreciações do exercício.

12.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	43,84	107,63
Outros Gastos		
Correções relativas a períodos anteriores	161,25	0,00
Donativos	3.870,62	3.848,00
Quotizações	50,00	200,00
Subsídio de alimentação de formandos	235,04	135,60
Apoios concedidos a utentes	93.097,90	303.051,57
Total	97.458,65	307.342,80

A rubrica de correções relativas a períodos anteriores desfavoráveis, reflete o acerto efetuado ao Seguro de Acidentes de Trabalho de 2017.

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,64	2.957,62
Total	0,64	2.957,62
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	594,47	2.207,70
Total	594,47	2.207,70
Resultados Financeiros	593,83	-749,92

12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

AVEIRO, 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado

Nº 45579

Maria Costa

A Direção

M. Alves
Francisco Gomes
Agente Administrativo
Assistente Administrativo



DIOCESE DE AVEIRO
Conselho para os Assuntos Económicos

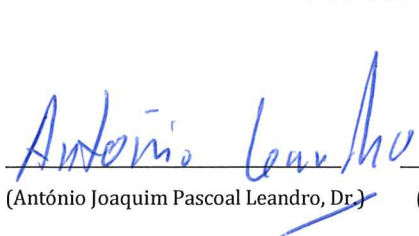
Ata da Reunião de 22 de Maio de 2019

Aos 22 dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, pelas 12 horas, reuniu na sede do Florinhas do Vouga, o Conselho para os Assuntos Económicos da Diocese de Aveiro, com a presença dos seus membros António Joaquim Pascoal Leandro, Jorge Pedro do Vale Martins e Manuel Modesto dos Reis Arada, para apreciar as CONTAS DE GERÊNCIA referentes ao ano de 2018, propostas pela Instituição CÁRITAS DIOCESANA DE AVEIRO. O Conselho para os Assuntos Económicos da Diocese de Aveiro, por inerência estatutária, constitui o seu CONSELHO FISCAL.

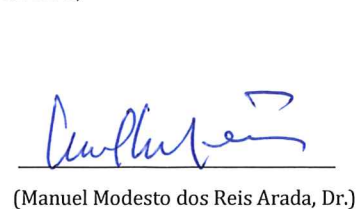
Após a análise dos documentos apresentados pela referida Instituição, o Conselho deliberou emitir o seu parecer favorável às CONTAS DE GERÊNCIA da Instituição CÁRITAS DIOCESANA DE AVEIRO, referentes ao ano de 2018.

Por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião da qual, para que conste, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos presentes, em sinal de aprovação.

O Conselho Fiscal da Cáritas Diocesana de Aveiro,


(António Joaquim Pascoal Leandro, Dr.)


(Jorge Pedro do Vale Martins, Dr.)


(Manuel Modesto dos Reis Arada, Dr.)